

## **V CONGRESSO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA AGRO-ALIMENTAR**

### **SUBORDINADO AO TEMA “COMPETITIVIDADE E CRESCIMENTO”**

#### **Intervenção do Presidente da CIP, António Saraiva**

**Convento do Beato, Lisboa, 28 de outubro de 2014**

Senhor Secretário de Estado da Agricultura,  
Senhor Presidente da FIPA, meu caro amigo Jorge Tomás Henriques,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

As minhas primeiras palavras são de felicitações à FIPA. Felicitações pela realização deste Congresso – e agradeço desde já a honra que me concedem em intervir na sua abertura. Felicitações também pelo trabalho que a FIPA tem vindo a desenvolver em prol da Indústria Agro-Alimentar e do movimento associativo empresarial.

Este Congresso tem uma agenda marcada por uma atitude positiva, que me apraz registar. Inicia-se com uma intervenção sobre o “novo ciclo de competitividade e crescimento”, concretizando depois a importância do setor agroalimentar para esse crescimento. Desenvolve-se depois nas respostas a diversos desafios com que a indústria se depara nesse caminho de crescimento: desafios da economia, dos consumidores, da sustentabilidade.

Apesar das dificuldades que o atual cenário económico comporta, acredito que é possível iniciar um novo ciclo de desenvolvimento bem diferente do registado até ao início deste século. Esse crescimento, revelou-se, primeiro, anémico e, depois, efémero, porque baseado em grande medida no consumo e no endividamento. O novo ciclo de crescimento que desejamos, para ser duradouro, terá de ser sustentado, e portanto assente no investimento e na competitividade.

É nas empresas que reside o potencial de recuperação da economia portuguesa para relançar Portugal nesse novo ciclo de crescimento.

É, por isso, fundamental recentrar o sucesso da economia nos seus protagonistas: as empresas.

A resposta aos desafios que serão abordados ao longo deste Congresso será dada, em primeiro lugar, pelas empresas.



As empresas terão de aumentar a sua produtividade, o que exige investimento e uma forte aposta na inovação, na afirmação de marcas, na organização e na capacidade de gestão. Este esforço cabe às próprias empresas, mas só poderá concretizar-se plenamente se for criado um ambiente propício à atividade empresarial.

De facto, persistem diversos fatores que estão, neste momento, a travar a retoma do crescimento económico em Portugal. Fatores a que só as políticas públicas podem responder.

Permitam-me que aborde aqui alguns desses fatores: a Fiscalidade; o Financiamento.

Em primeiro lugar, **a fiscalidade.**

Ao longo dos últimos três anos, suportámos aumentos da tributação que nos deixaram um forte constrangimento à competitividade das empresas e uma procura interna profundamente deprimida.

Seria agora tempo de iniciar um processo de **redução gradual**, mas programada, da carga fiscal, influenciando desde já as expectativas e as decisões dos agentes económicos (decisões relativas ao consumo, por parte das famílias, decisões de investimento, por parte das empresas). Foi este o rumo seguido na reforma do **IRC**; deveria ser este, também, o rumo seguido ao nível, nomeadamente, do **IRS**.

Para conciliar a redução da carga fiscal com o prosseguimento do trajeto de redução do défice orçamental e da dívida pública, seria indispensável que, **do lado da despesa**, fossem tomadas medidas para substituir as medidas de consolidação temporárias, que foram adotadas durante o período do programa de ajustamento, por **medidas estruturais**, com um impacto significativo na despesa pública.

Tal implicaria avançar decisivamente na **Reforma do Estado**. Sem a concretizar não será possível passar de uma lógica de cortes transversais e potencialmente reversíveis a uma lógica de redução estrutural da despesa corrente.

Sem ter avançado decisivamente neste domínio, e tendo optado, ao mesmo tempo, por aliviar os sacrifícios suportados pelos funcionários públicos e pensionistas ao nível dos seus rendimentos, o Governo ficou sem margem de manobra para reduzir a carga fiscal, mesmo aliviando em 0.2 pontos percentuais a meta para o défice.

De facto, a proposta de **Orçamento do Estado para 2015** prevê que a **carga fiscal e parafiscal** sobre a economia, medida pelo peso das receitas fiscais e contributivas no PIB, **aumente** de 36.6%, em 2014, para 37.0%, em 2015, atingindo um novo máximo histórico.

A proposta de Orçamento do Estado para 2015 cumpre o compromisso ao nível da descida da taxa de IRC, o que não podemos deixar de valorizar, mas teve de



condicionar a redução da sobretaxa do IRS ao aumento das receitas fiscais (em IVA e IRS) acima das suas próprias previsões, com efeitos apenas em 2016. Não deixando de ser um sinal, perde em muito a previsibilidade e o aumento da confiança dos consumidores e dos investidores que resultaria de uma verdadeira **calendarização da eliminação gradual da sobretaxa**.

Acresce, ainda, a previsão de medidas adicionais do lado da receita, entre as quais se destaca, pela sua dimensão, o **aumento dos impostos especiais sobre o consumo** e o **aumento da contribuição sobre o serviço rodoviário**, que se refletirá no preço dos combustíveis.

**Particularmente gravosa para a competitividade das empresas é a reforma da fiscalidade verde**, tal como foi concebida. Ao invés de combinar um conjunto equilibrado de estímulos e penalizações com impacto na adoção de comportamentos mais saudáveis do ponto de vista ambiental, privilegiando uma neutralidade fiscal oportunamente anunciada, a presente reforma prevê um agravamento da tributação em mais de 165 milhões de euros, dos quais apenas 17 milhões serão utilizados no financiamento de medidas de incentivo no domínio ambiental.

Esta reforma incide, sobretudo, na tributação suplementar dos combustíveis, através da criação de uma taxa de carbono nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão. Esta medida representa, em 2015, um aumento de 95 milhões de euros da receita fiscal, pesando diretamente sobre as atividades económicas em cerca de 70 milhões de euros.

Esta taxa vem agravar os preços da energia para a generalidade das empresas de pequena e média dimensão que, além da quota-parte que representam na dinamização das exportações, são também as responsáveis pela maioria do emprego no setor secundário, reduzindo a sua competitividade externa, sobretudo quando comparada com a maioria dos estados da .UE., que a não adotaram. Além do impacto direto sobre estas empresas, esta taxa repercutir-se-á negativamente no setor dos transportes, área transversal a toda a economia e que sofrerá o efeito acumulado do aumento da contribuição sobre o serviço rodoviário.

Atendendo à rigidez da procura de combustíveis, esta medida aumentará a receita fiscal através do prejuízo da competitividade das empresas e sem qualquer benefício ambiental significativo.

A indexação da taxa de carbono ao preço da tonelada de CO<sub>2</sub> no mercado europeu de licenças de emissão representa uma ameaça ainda mais negativa, potencialmente muito gravosa, uma vez que a Comissão Europeia tem em curso ações para fazer multiplicar esse preço por 3 ou por 4 nos próximos anos. Esta evolução terá consequências desastrosas sobre as empresas e colocará em causa a alegada neutralidade fiscal desta reforma.



Em suma, podemos concluir que a dificuldade em reduzir sustentadamente a despesa do Estado, assumida pelo próprio Governo, impediu que o Orçamento do Estado agora proposto contribua para o relançamento do crescimento económico por via da redução da carga fiscal sobre as empresas e as famílias.

Em segundo lugar, abordaria o **problema do financiamento da economia**, cuja resolução é condição indispensável para a retoma.

O **Estado** tem, a este nível, uma primeira responsabilidade: a de **liquidar os seus pagamentos às empresas** a tempo e horas e acionar mecanismos que permitam a **regularização das dívidas** a fornecedores por parte dos hospitais, autarquias locais e regiões autónomas, permitindo a muitas empresas melhorar substancialmente a sua situação financeira.

Quanto ao **financiamento bancário**, o acesso ao crédito continua vedado a muitas empresas, em particular às PME e, apesar de um ligeiro alívio, as taxas de juro permanecem em níveis proibitivos, penalizando a competitividade relativamente às empresas do centro da Europa.

Reconheço que a banca privada se orienta por princípios de risco e de rentabilidade, próprias do mercado.

Mas a **avaliação de risco** por parte da Banca é afetada pelo facto de a generalidade das empresas, especialmente as PME, apresentarem níveis muito baixos de capitalização, com rácios de autonomia financeira abaixo da média europeia, e demonstrando excessiva dependência de crédito bancário de curto prazo.

Aumentar os níveis de capitais permanentes das empresas facilitaria o acesso ao crédito em melhores condições de *pricing* e prazos de reembolso. Por isso temos defendido a urgência de medidas que **fomentem a recapitalização das empresas**:

Medidas centradas na canalização de recursos para o reforço de mecanismos destinados à recapitalização das empresas não financeiras, mas também medidas no domínio da fiscalidade, de modo a **induzir o reinvestimento de resultados e o fortalecimento dos fundos próprios das empresas**. Na reforma do IRC, foram já dados passos neste sentido, é preciso aprofundar este movimento.

Além disso, tendo em conta a forte dependência das empresas relativamente ao crédito bancário, a atual situação de retração da banca, e a existência de liquidez disponível nos investidores institucionais, estamos a dar uma particular relevância à criação de melhores condições para o **desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento das empresas**, particularmente das PME, alternativos à banca.



Esta deverá ser, na nossa opinião, o centro das preocupações da **Instituição Financeira de Desenvolvimento**, agora criada. Em particular, esta nova instituição deveria privilegiar ações dirigidas a uma adequada utilização do capital de risco e do sistema nacional de garantia mútua, bem como ao apoio à tomada de participações e ao lançamento de operações de redimensionamento e de reorganização de empresas.

Igualmente importante será a sua ação no desenvolvimento de fundos especializados na aquisição de dívida emitida por PME e na sua colocação junto de investidores institucionais.

Teremos oportunidade de, brevemente, refletir sobre este tema numa **Conferência que a CIP está a organizar e que terá lugar em 28 de novembro e para a qual estão desde já convidados**.

Finalmente, é preciso **reforçar os fatores não salariais** suscetíveis de melhorar a competitividade das empresas.

Em particular, os **custos energéticos** e os designados **custos de contexto**.

Mesmo quando analisamos algumas áreas em que conseguimos um posicionamento mais confortável nos *rankings* internacionais, podemos dizer que falhamos sobretudo no que se refere ao tempo e recursos inerentes a procedimentos burocráticos.

Por isso continuamos a insistir: é necessário reduzir a burocracia redundante e, por vezes, obsessiva, que bloqueia a competitividade das nossas empresas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

**O novo ciclo de crescimento que desejamos terá de ter por base uma estratégia ambiciosa mas realizável no enquadramento da zona euro, assente na competitividade internacional da economia e no estímulo ao investimento empresarial. Tal estratégia pressupõe, nomeadamente, o aproveitamento inteligente e eficiente dos fundos comunitários disponíveis, a retoma do investimento público reprodutivo e uma ampla reforma do Estado.**

É preciso que o rumo traçado por esta estratégia seja previsível e concretizado num compromisso nacional que abranja, pelo menos, as forças políticas que, por pertencerem ao designado “arco da governação”, detêm particulares responsabilidades na condução dos destinos do nosso país.

Estamos conscientes que estas responsabilidades são partilhadas por outros agentes da sociedade civil e em particular pelo **Movimento Associativo Empresarial**.

No programa para o triénio 2014-2016 dos novos órgãos sociais da CIP, tivemos oportunidade de reafirmar a importância de fortalecer e consolidar o prestígio e a

capacidade de atuação do Movimento Associativo Empresarial, na defesa e no apoio às empresas portuguesas e aos empresários.

Para isso, é preciso contrariar a dispersão associativa que ainda hoje se verifica e que se reflete na tendência de aumento do número de organizações associativas empresariais, designadamente as de nível confederativo.

Esta dispersão favorece a quebra de representatividade e diminui o impacto das nossas posições junto da opinião pública, da comunicação social e, em particular, do Governo, da Administração Pública e de outros órgãos de soberania.

Há, por isso, que continuar o caminho iniciado com a renovação da CIP em meados de 2010 e, assim, estimular o processo de convergência do associativismo empresarial.

A FIPA é um bom exemplo, desta necessária convergência e de como, congregando os nossos esforços, conseguimos melhores resultados.

O seu empenho na CIP, na pessoa do seu Presidente, quer nos órgãos sociais quer no Conselho do Comércio Português, a que preside, tem sido um precioso contributo para levarmos a cabo a nossa missão.

Terminaria pois estas minhas palavras com um sentido “muito obrigado” e com meus melhores votos para o trabalho futuro da FIPA e para o progresso da Indústria Agro-Alimentar portuguesa.

Bem haja Jorge Henriques